

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE
TOLEDO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO POPULAR
NA PERSPECTIVA DE FORMAR CIDADÃOS CRÍTICOS E A
VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO LOCAL**

Sônia da Silva Dias
RA: 004.1.13.064

Presidente Prudente
2015

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE
TOLEDO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO POPULAR
NA PERSPECTIVA DE FORMAR CIDADÃOS CRÍTICOS E A
VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO LOCAL**

Sônia da Silva Dias
RA: 004.1.13.064

Trabalho de Supervisão Acadêmica, sob
orientação da Professora Sílvia Helena
Manfrin.

Presidente Prudente
2015

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO POPULAR NA PERSPECTIVA DE FORMAR CIDADÃOS CRÍTICOS E A VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO LOCAL

RESUMO: O presente trabalho foi desenvolvido a partir de análises e interpretações realizadas durante o processo de estágio na Empresa TREVISAN Assessoria e Consultoria, para a elaboração do artigo de Supervisão Acadêmica do curso de Serviço Social da Faculdade Toledo Prudente Centro Universitário. O presente estudo tem como eixo a Educação Ambiental, ou seja, formar agentes/educadores ambientais locais. O impacto ambiental é um problema da atualidade que vem se agravando devido o aumento das atividades antrópicas sobre os recursos naturais, como: a contaminação dos recursos hídricos, perda da biodiversidade, despejo de lixo em local inapropriado, atividades agrícolas com uso de agrotóxicos, contaminação industrial, crescimento e concentração da pobreza, desencadeando inúmeras doenças. Há então, uma necessidade de mudanças de paradigmas, com a finalidade de obtermos saúde, articulando o meio ambiente e o ser humano através de hábitos saudáveis que preservem a natureza e promova a qualidade de vida. O interesse em abordar esse tema surgiu à partida necessidade de elaborar propostas no coletivo formando cidadãos críticos e a ampliação da consciência ecológica possibilitando minimizar os impactos ambientais na área de preservação ambiental no conjunto habitacional João Domingos Neto e também vivenciar diariamente hábitos adequados em nosso cotidiano, com o compromisso com sua saúde e a natureza ,refletir sobre essa prática desajustada que degrada o meio ambiente prejudicando diretamente e indiretamente a saúde da população.

Palavras-chave: Área de preservação ambiental. Educação ambiental. Educação Popular.

1 INTRODUÇÃO

O impacto ambiental tem-se ampliado nos últimos tempos em decorrência da postura e hábitos inadequados do homem, levando ao surgimento de novas doenças, mudanças climáticas, desmatamentos, extinção de algumas espécies importantes na cadeia alimentar, poluição; agravando a saúde da população e impedindo a preservação da natureza e qualidade de vida.

Em algumas regiões do mundo têm ocorrido atualmente grandes mudanças que estão influenciando diretamente na saúde da população e no grupo ecológico de animais que dele necessita, entre eles o aquecimento global que está

pondo em risco produção de alimentos no Brasil, devido à escassez de chuvas em determinadas áreas que, conseqüentemente, trará a improdutividade dos solos.

A percepção crítica dos riscos de degradação ambiental costuma ser identificada como um fenômeno do mundo contemporâneo, um reflexo de grandes transformações, ocasionadas pela expansão planetária da civilização urbano-industrial. No caso do Brasil, apenas a partir da primeira metade do século XIX, que houve uma preocupação quase apocalíptica com as conseqüências sócias da destruição do meio natural (PÁDUA, 2006).

Souza (2007) dispõe que ao estudar o meio ambiente e ecologia, é importante considerar, que deve-se pensar em longo prazo, logo é muito difícil obter resultados em curto prazo. Entretanto nos resultados obtidos, provindos de um processo sistematizado é demorado por meio da educação ambiental e só poderá ser evidenciado pelos hábitos implantados no seu cotidiano, refletindo nas condições de vida, bem como em um ambiente mais agradável e civilizado em que proporcione melhor qualidade de vida.

Nesse contexto a educação ambiental apresenta uma proposta ética que pretende reposicionar o ser humano no mundo, convocando-o a reconhecer a alteridade da natureza e a integridade e o direito ao uso, sem provocar danos significantes ao meio ambiente (CARVALHO, 2004).

Por mais que se valorize a importância da gestão ambiental direcionada para a proteção da saúde e vida, bem como a sustentabilidade do desenvolvimento, estas questões não podem ser desvinculadas do quadro de referência mais global, onde estas questões tornam-se mais abrangentes (GEO – BRASIL, 2003 apud AUGUSTO, 2006).

Partindo deste contexto, o objetivo deste trabalho é mostrar a importância da educação ambiental no Conjunto Habitacional João Domingos Netto, enfatizando as ações na perspectiva da educação popular, utilizando os membros da comissão de moradores, com o intuito de montar uma equipe que esteja preparada para desenvolver propostas sustentáveis com os moradores, para efetivar a preservação da área de preservação ambiental permanente existente no local.

A construção da mobilização, participação comunitária, e as ações articuladas com as demais Políticas Sociais, evidencia a importância do trabalho do Assistente Social no fortalecimento da justiça social, equidade de gênero e cidadania, no desenvolvimento de lideranças, capacitação da mão de obra e deve

somar no processo de tomada de consciência dos beneficiários quanto aos direitos e deveres na sustentabilidade da nova moradia.

O Trabalho Técnico Social desenvolvido pelo Assistente Social, através de uma Política de Habitação, possibilita que uma significativa parcela da população que se encontra em vulnerabilidade social, tenha, não somente o acesso a uma moradia, mas que se envolvam em outras condições inerentes ao exercício da cidadania.

Os atores sociais envolvidos nessa luta procuram garantir o que já está garantido, mas ainda a muito a ser feito e os profissionais de Serviço Social são profissionais de suma importância na avaliação e monitoramento das políticas sociais, programas e projetos sociais implantados na sociedade, para analisar se os resultados adquiridos correspondem ao que foi inicialmente planejado e se os objetivos previstos estão sendo alcançados.

Dessa forma, é de suma importância a existência de uma política habitacional que atenda prioritariamente a população que se encontra em vulnerabilidade social.

2 APRESENTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO DOMINGOS NETTO

O município de Presidente Prudente situa-se no extremo oeste do Estado de São Paulo, sendo capital da 10ª Região Administrativa do Estado e fazendo fronteira com o norte do Estado do Paraná e com o sul do Estado do Mato Grosso do Sul.

Distante cerca de 560 km da capital paulista, conta atualmente com uma população estimada em torno de 220.599 habitantes (IBGE, 2014), abrangendo uma área de aproximadamente 562,107km².

Presidente Prudente está situada num importante entroncamento viário que dá acesso a diversas regiões do país. Numa breve análise, verifica-se a evidente relação do desenvolvimento da cidade à posição geográfica privilegiada que o município possui. A proximidade ao Rio Paraná, significa uma via para o escoamento de produtos locais para o MERCOSUL. No que se refere ao transporte

rodoviário, o município possui ligação com Minas Gerais e o Norte do Paraná, além de ligação com a capital e demais cidades do interior do Estado.

As principais rodovias são: SP 270 (Rodovia Raposo Tavares) que liga Presidente Prudente a São Paulo e, em sentido contrário, a Presidente Epitácio (divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul), a SP 425 (Assis Châteaubriant) que liga Presidente Prudente a Santo Inácio (divisa com o estado do Paraná) e, em sentido contrário, a São José do Rio Preto e desta a Miguelópolis (divisa com o Estado de Minas Gerais), SP 501, (Júlio Budisk), ligando Presidente Prudente a SP-294 (Comandante João Ribeiro de Barros- Alta Paulista).

Figura 1 – Mapa de Presidente Prudente-SP.



Fonte: Google maps (2015).

Hoje, Presidente Prudente é considerado um dos principais pólos industriais, culturais e de serviços do Oeste de São Paulo e, pela sua dimensão passou a ser denominada de "Capital do Oeste Paulista".

Segundo dados do Censo 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Presidente Prudente é considerado alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Seu valor no ano de 2010 era de 0,806, sendo o décimo terceiro maior do estado, à frente da capital, São Paulo, que aparece na décima quarta posição. No ano de 2007, considerando apenas a educação, o valor do índice é de 0,882. O índice da saúde é

de 0,848 e o de renda é de 0,767. A cidade possui a maioria dos indicadores elevados e todos acima da média nacional segundo o PNUD. A renda é de 14.652,00 reais (*per capita*).

O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade social é de 0,46, sendo que 1,00 é o pior número e 0,00 é o melhor. A incidência da pobreza, medida pelo IBGE, é de 14,47%, o limite inferior da incidência de pobreza é de 10,10%, o superior é de 18,85% e a incidência da pobreza subjetiva é de 10,84%.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004a, p.46), o município de Presidente Prudente se enquadra na denominação de município de grande porte, conforme exposto a seguir:

[...] aqueles cuja população é de 101.000 habitantes até 900.000 habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias). São os mais complexos na sua estruturação econômica, pólos de regiões e sedes de serviços mais especializados. Concentram mais oportunidades de emprego e oferecem maior número de serviços públicos, contendo também mais infra-estrutura. No entanto, são os municípios que por congregarem o grande número de habitantes e, pelas suas características em atraírem grande parte da população que migra das regiões onde as oportunidades são consideradas mais escassas, apresentam grande demanda por serviços das várias áreas de políticas públicas. Em razão dessas características, a rede socioassistencial deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de proteção social básica, bem como uma ampla rede de proteção especial (nos níveis de média e alta complexidade).

De acordo com Menotti et al. (2011, p.63):

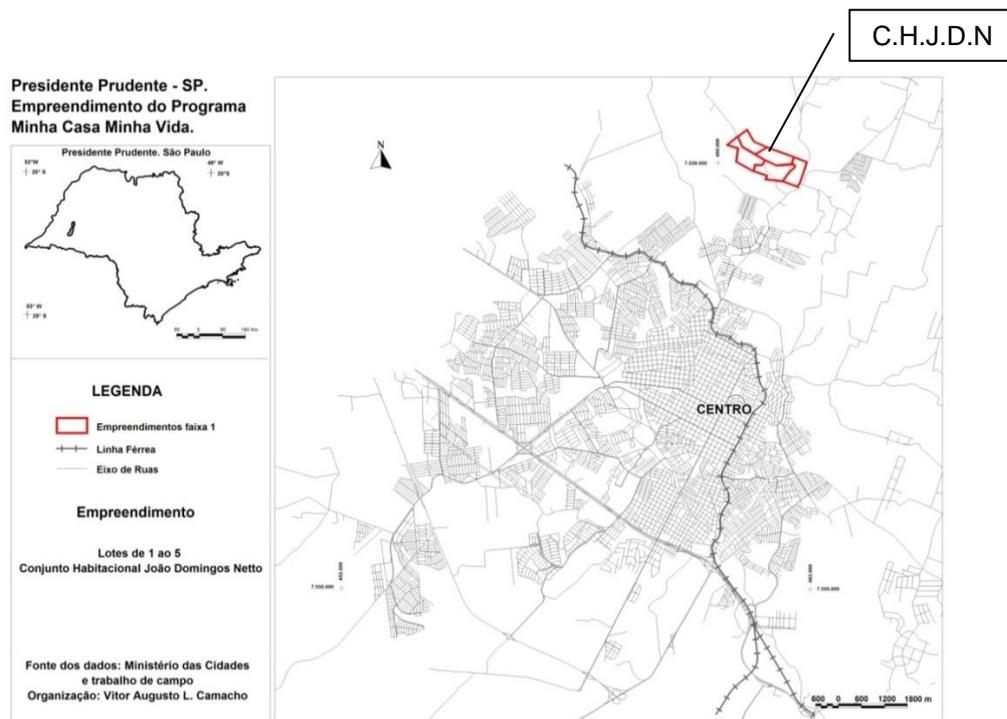
o município tem instalado e em pleno funcionamento os seguintes Conselhos Municipais: Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho do Idoso, Conselho da Saúde, Conselho da Condição de Gênero, Conselho Municipal de Educação, Conselho da Condição Feminina e o Conselho da Igualdade Racial e dois Conselhos Tutelares.

Tratando especificamente da Política de Assistência Social, atualmente existem 37 entidades cadastradas no Conselho de Assistência Social.

No que diz respeito ao Conjunto Habitacional João Domingos Netto, este localiza-se na Zona Norte do Município de Presidente e integra o Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1, do Governo Federal em parceria a Caixa Econômica Federal e o Município, destinado à construção de Unidades Habitacionais à população de baixa renda.

Segundo o diagnóstico realizado pela Empresa TREVISAN Assessoria e Consultoria, antes de ser nomeado por Conjunto Habitacional João Domingos Netto, pela Lei Municipal nº 5987/2003, era reconhecido como bairro KM 6, constituído por pequenas propriedades rurais que foram compradas e loteadas pela Prefeitura Municipal, que posteriormente destinou para a construção de habitações do programa habitacional minha casa minha.

Figura 2 – Localização do o Conjunto Habitacional João Domingos Netto



Fonte: Elaborado por Vitor Augusto Luizari Camacho.

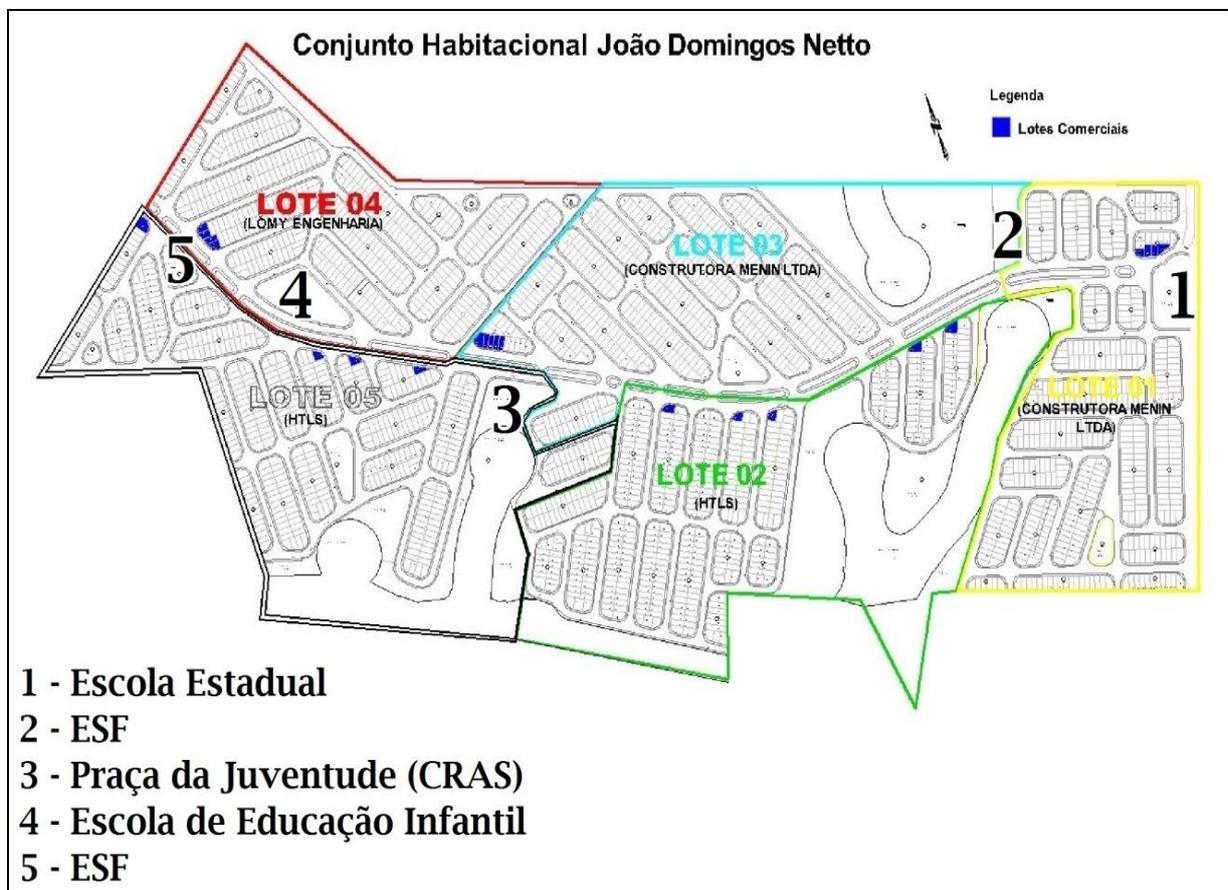
De acordo com dados apresentados pelo diagnóstico realizado pela Empresa TREVISAN Assessoria e Consultoria, o Conjunto Habitacional João Domingos Netto está localizado em um território com índice de baixa exclusão social, por ser território novo, ainda sem população habitante e mapeamento de suas demandas, porém em contra partida, em um entorno com índice de média e alta exclusão social, indicador este que requer atenção por parte das políticas públicas.

Ainda de acordo com a Empresa TREVISAN Assessoria e Consultoria, o mapa apresentado evidenciou que o indicador de fluxo familiar com maior recorrência refere-se ao território Augusto de Paula, com indicação de 429 famílias

procedentes desta área, que segundo a Empresa, trata-se de um território de demarcação de média e alta vulnerabilidade social.

O Conjunto Habitacional João Domingos Netto é composto por cinco lotes, subdivididos em áreas habitacionais; áreas comerciais; áreas institucionais, área verde; área com Estação de Esgoto e áreas de preservação permanente como mostra a planta a seguir fornecida pela Empresa TREVISAN Assessoria e Consultoria.

Figura 3 – Planta do Conjunto Habitacional.



FONTE: Secretaria de planejamento de Presidente Prudente.

Em um universo de 2368 lotes, serão destinadas 2.343 para moradia. Considerando a média de 04 pessoas por família, estima-se que o Conjunto Habitacional João Domingos Netto irá atender uma média de 9.376 pessoas (TREVISAN ASSESSORIA E CONSULTORIA, 2015).

3 PROPOSTA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO DOMINGOS NETTO

3.1 Política de Habitação

A questão habitacional vem ganhando cada vez mais visibilidade no âmbito da sociedade brasileira, uma vez que torna-se notório o aumento da demanda por moradia. Esse fenômeno ocorre devido ao processo de urbanização e ao crescimento desacertado das metrópoles fato que contribuiu para o aumento da crise habitacional.

O Brasil não mergulhou na questão habitacional de forma a conseguir resultados expressivos logo no início de sua trajetória. Segundo relata Silva (1989), durante o período de 1910 até meados de 1920, sem a intervenção do Estado, o aluguel era a forma de se obter moradia popular nas cidades logo, para alugar uma moradia, o cidadão necessariamente dependia de dispor de um trabalho.

Dessa forma, observa-se a relação entre força de trabalho e moradia, tendo em vista que sua força de trabalho era trocada também por um lugar onde pudesse abrigar-se com sua família. Logo, ao chegar à metrópole, os cortiços eram a primeira procura do operário que lá chegavam em busca de melhores condições de vida. As diversas medidas destinadas a facilitar a compra da casa própria, inclusive à adoção de subsídios diretos e indiretos, mostram a necessidade da intervenção do poder público no sentido de viabilizar o acesso ao mercado habitacional, sobretudo para as classes populares.

As primeiras iniciativas de intervenção do Estado no setor habitacional se deram, principalmente, de maneiras pontuais, imediatistas e sem bases sustentáveis para a resolução deste problema, assim Bonduki (1998) relata que no período de 1930, durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, o Estado passou a intervir na problemática habitacional de forma mais sistemática, por meio da criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, dentro do sistema de Previdência Social, os quais tinham dentre outras finalidades, viabilizar recursos para a oferta de moradias.

Desta forma, “a habitação sempre apareceu de maneira ambígua entre as finalidades dos IAPs: ora como objetivo importante, ligado à ideia da seguridade social plena, ora como mero instrumento de captação de recursos e, portanto, desprovido de fins sociais” (BONDUKI, 1998, p.101).

Neste período, a intervenção do estado no setor habitacional se fez indiretamente pela adoção de medidas legais de cunho sanitaristas, para Silva (1989, p.) a “preocupação se dava em torno das condições higiênicas da cidade onde até então os trabalhadores conviviam, na maioria dos casos, geograficamente próximos das classes dominantes emergentes que pressionavam pelo saneamento da cidade”.

Estas medidas revelaram-se ineficientes à medida que tais providências não visavam o lado social, desta forma, não representaram mudanças no cenário das cidades visto que, este tipo de financiamento não conseguiu suprir as demandas.

A primeira intervenção mais efetiva do Governo Nacional na política habitacional data do período populista de Getúlio Vargas, quando foi criada a Fundação da Casa Popular - FCP em 1946. Essa instituição constitui-se no primeiro órgão federal destinado a provisão habitacional para as camadas menos favorecidas no Brasil, de acordo com Azevedo e Andrade (1981, p.09), “consistia em uma Política Redistributiva, ou seja, aquela que se baseia na transferência de recursos entre grandes categorias socioeconômicas, como as classes sociais e regiões”.

Visto que essa medida não apresentou resultados expressivos, não por problemas na administração, mas em consequência do tipo de sistema instituído: o da casa subsidiária surgiu o Banco Hipotecário que teria como fonte de recursos, depósitos, lucros das operações etc. No dizer de Azevedo e Andrade (1981, p.47), “ainda na tentativa de conseguir que a FCP funcionasse, sete anos mais tarde surgiu o plano de Assistência Habitacional, porém mais tarde perde lugar para o Instituto Brasileiro de Habitação”.

Todavia, este órgão não dispunha de recursos próprios voltados para o desenvolvimento de suas ações, o que acabou contribuindo para que o mesmo se tornasse dependente das dotações orçamentárias da União. Assim sendo, as ações desenvolvidas por essa instituição não lograram êxito, uma vez que não

conseguiram absolver as demandas da população de baixa renda no que se refere à provisão de moradia, tornando-se ineficiente para o que se propôs.

A partir de 1945 a Política nacional de Habitação toma novos rumos, assim afirma Lehfeld (1983) quando relata que Castelo Branco encara o problema habitacional como uma forma de cuidar da ordem. Surgiu, então, o Banco Nacional de Habitação (BNH). Essa fundação foi usada como forma de amenizar o 1º de abril daquele ano, como primeira grande proposta social do governo de Castelo Branco. Como caracteriza Vieira (apud LEHFELD, 1983, p.23), “a população está órfã e magoada de modo que vamos ter que nos esforçar para devolver a elas certa alegria”. A criação do BNH põe fim ao clientelismo da Política Habitacional brasileira.

Nessa perspectiva, nos anos 1960 a problemática da habitação passou a se configurar em uma preocupação política pautada na necessidade de se implantar, no Brasil, uma política habitacional que atendesse efetivamente essa crescente demanda por moradia. Dessa forma, em 1964, no período recorrente à ditadura militar do Governo Getúlio Vargas, foi criado o Serviço Federal de Habitação - SERFHAU do Banco Nacional da Habitação - BNH e do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, através da lei nº 4.380/64. Esses órgãos tinham a finalidade de proporcionar respostas mais efetivas a essas demandas, por meio da construção de habitações de interesse social e do financiamento para aquisição da casa própria, especialmente pela população de menor renda.

O Sistema Financeiro de Habitação, implantado junto com o Banco Nacional de Habitação – BNH, trouxeram duas grandes linhas de crédito especiais que foram destinadas à dinamização da produção de novas residências: a poupança compulsória, formada pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, destinada à construção de unidades habitacionais de interesse social, e a poupança voluntária, formada pelas cadernetas de poupança e voltada para o financiamento de moradias (BRASIL, 2000).

Contudo, o BNH foi criado muito mais para atender aos requisitos políticos e econômicos dos Governos do que para solucionar o verdadeiro problema da habitação, haja vista que os recursos destinados às suas ações serviram, acima de tudo, para estimular certos setores estratégicos da economia, bem como para beneficiar as classes economicamente mais elevadas. Sobre esse aspecto, Bolaffi (1981, p.167) enfatiza que:

Embora a criação do BNH tenha significado o reconhecimento explícito de um grave problema habitacional nos grandes centros urbanos do país, e por mais que sucessivos Governos federais tenham assegurado ao Banco Nacional da Habitação as condições financeiras para enfrentar esse problema, nem a Federação nem seus Estados e Municípios jamais chegaram a definir uma Política de Habitação Popular clara e consequente, capaz de minorar os graves problemas das populações de baixa renda.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, logo após o período da ditadura militar, o Brasil começa a vivenciar uma Nova Era, a chamada redemocratização, que possibilitou o retorno da democracia e a descentralização político-administrativa do país.

É a partir desse ponto que a questão da moradia começa a ganhar mais visibilidade e passa a se constituir em um dos direitos sociais imprescindíveis para a sobrevivência dos indivíduos, como é possível perceber na EC (nº 26/2000) art. 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Assim, com a inserção da moradia no rol dos direitos sociais, há maior respaldo para a construção de uma política pública efetiva que venha realmente contemplar as camadas menos favorecidas de recursos financeiros na aquisição de suas moradias.

Nesse contexto, a Constituição de 1988 favoreceu a ocorrência de várias modificações na estrutura econômica, política e social do Brasil, contribuindo para criação de alguns órgãos no setor da Habitação e à extinção de outros. Brasil (2004) narra que foi criado nesse período, o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MHBES), responsável pela gestão da Política Habitacional, sendo extinto em 1989 e substituído pela Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária - SEAC.

Essa nova Secretaria encontrava-se voltada para Estados e Municípios utilizando recursos do FGTS, porém, mais uma vez a arrecadação não supriu a demanda, conforme descreve a seguir:

O modelo adotado pela SEAC privilegiava a iniciativa de Estados e Municípios, deixando de estabelecer prioridade alocativas, o que permitiu maior autonomia dos governos estaduais e municipais, que deixam de ser apenas executores da política. No entanto a utilização dos recursos do

FGTS em quantidade que superava suas reais disponibilidades financeiras afetou as possibilidades de expansão do financiamento habitacional, levando a sua suspensão temporária, ficando os programas na dependência de disponibilidades financeiras a fundo perdido de recursos da União (BRASIL, 2004, p.10).

Partindo desse pressuposto, coloca-se que o momento político do país, incentivou ações locais no que concerne à urbanização e regularizações de favelas, mas essas ações não foram concluídas, fato que levou o governo a criar os Programas Habitar Brasil e Morar Município para realizar a conclusão dessas ações (BRASIL, 2004).

Neste sentido, observa-se que a Política habitacional nesse período, descentralizou-se com relação às ações, porém, sempre houve uma centralização com relação aos recursos, o que, de certo modo, dificultou intervenções de âmbito Estadual e Municipal, uma vez que as solicitações não conseguiam chegar em tempo hábil atrasando e dificultando as ações.

No cenário mais atual, mais especificamente em 2003, durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado logo no início do seu governo o Ministério das Cidades que passou a ser o órgão responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), segundo o Brasil (2004), esse novo órgão seria pautado na ação democrática, descentralizada e com a participação popular, dando ênfase à ampliação do acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte.

Com vistas a alcançar esses objetivos, nesse período, o Ministério das Cidades se subdividiu em secretarias como: Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Programas Urbanos, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. Tal atitude formaria o conjunto de instrumentos necessários para a formulação de uma moradia digna (BRASIL, 2004).

Dentro desse contexto de descentralização e gestão participativa, cria-se um novo modelo de Política Habitacional, conforme relata Brasil (2004) quando recomenda uma concepção de desenvolvimento urbano integrado, pautado na ideia de que a habitação não se restringe somente a casa, incorporando, dessa forma, a esse novo paradigma de política, o direito à infraestrutura, saneamento ambiental,

mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade.

Com base nesses pressupostos, foi elaborada uma nova Política Nacional de Habitação, com a participação do cidadão, assim especifica:

Dentro de um modelo participativo democrático que reconhece a participação nas políticas públicas como direito dos cidadãos, o Ministério, em 2003, articulou a realização das conferências municipais, regionais e estaduais das cidades, que contou com a participação de amplos seguimentos da população, em cerca de 3.400 municípios. Nessas conferências foram debatidos os problemas das cidades e apresentadas sugestões visando à elaboração das políticas a serem adotadas pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2004, p.12).

Ressalta-se que, o resultado dessas conferências geraram as diretrizes para a nova Política habitacional que se apresenta na contemporaneidade, como descrito a seguir: “a meta principal é promover as condições de acesso à moradia digna, urbanizada e integrada à cidade” (BRASIL, 2004, p.13).

Dessa forma, verifica-se que a habitação como assunto pertinente na sociedade, vem ganhando a participação desta, que agora se apresenta não só como beneficiária da política, mas elaboradora e fiscalizadora, fato que, poderá garantir a efetivação da PNH, pois governo e sociedade caminhando juntos poderão alcançar a redução do déficit habitacional brasileiro.

Dentre os programas criados com o propósito de reduzir o déficit habitacional, garantindo a população o acesso a casa própria, destacam-se: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

3.2 Política Aceleração do Crescimento (PAC)

Criado no segundo mandato do Presidente Lula (2007-2010), em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) “e promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (BRASIL, 2015, p.01).

Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. Nos seus primeiros quatro anos, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010) e ajudou o Brasil a gerar um volume recorde de empregos – 8,2 milhões de postos de trabalho criados no período (BRASIL, 2015, p.01).

Com os efeitos da crise sendo observados e tornando-se concreto era preciso fazer alguma coisa para que a economia brasileira não sofresse tão profundamente seus impactos e o emprego e renda da população menos favorecida não fosse tão duramente atingido. Sabe-se que a construção civil, por suas peculiaridades, ainda é a indústria que mais empregos conseguem gerar e daí a razão da implementação do PMCMV, pois, vem ao encontro e procura atacar essas duas vertentes: melhorar os indicadores da economia e minimizar o déficit relevante de moradias existente, fundamentalmente, nas regiões metropolitanas.

3.3 Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

O Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos. Sendo este feito através de Financiamento com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00), Fundo de Desenvolvimento Social – FDS organizadas por cooperativas habitacionais ou mistas e Oferta Pública de Recursos em municípios com população de até 50.000,00 habitantes.

Baseado nos estudos realizados pela Secretaria Nacional de Habitação - SNH que tem por objetivo orientar planejamentos de ações públicas as necessidades habitacionais do país, o ex-presidente Luiz Inácio Lula Da Silva emitiu a medida provisória nº 459, de 25 de março de 2009, ela implantou o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, mais uma tentativa de Políticas Públicas para solucionar os problemas habitacionais do país e promover o desenvolvimento econômico.

O PMCMV hoje esta sendo o carro chefe da política habitacional, este já atendeu 238 mil famílias, e a meta que já se encontra na terceira fase (2011/2014), é construído milhões de unidades habitacionais, das quais 60% das habitações são voltadas para as famílias de baixa renda.

Contudo, vale ressaltar que o SNHIS garante que os recursos públicos sirvam para subsidiar a população de baixa renda, a fim de proporcionar além de redução no déficit habitacional, moradia digna para a classe de menor renda conforme descrito pelo no art. 2º da Lei 11.124/2005:

O Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social foi criado com o objetivo de:

I - Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

II - Implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e

III - Articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

E, com esse discurso, a nova Política de Habitação foi elaborada, movida pela busca de prover moradia digna especialmente para as classes menos favorecidas, consoante ao texto da Própria, “Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais” (BRASIL, 2004, p.30), declarando assim, a moradia digna como um conjunto de fatores.

Dessa forma, para alcançar tais objetivos, necessita-se de uma integração urbana de assentamentos precários que deve ser “composto por acesso ao saneamento básico, regularização fundiária e a moradia adequada” (BRASIL, 2004, p.36).

Sendo assim, coloca-se que a partir desse novo texto, entende-se pelos diversos setores envolvidos na questão habitacional, que moradia digna consiste em uma casa construída com material adequado, em uma área salubre que ofereça ao beneficiário equipamento público que contemple suas necessidades no

âmbito da saúde, educação, enfim que lhe proporcione uma real situação de cidadão.

De acordo com o Caderno de Orientação Técnico Social - COTS (2013):

Nos programas operacionalizados pela CAIXA, a participação da comunidade é entendida como um processo pedagógico de construção da cidadania e um direito do cidadão; e para assegurar que a sociedade, em especial, as famílias diretamente beneficiadas sejam envolvidas e ouvidas neste processo, é desenvolvido o Trabalho Técnico Social, o Ministério das cidades expediu neste ano de 2014 a Portaria nº 21 contendo as instruções do trabalho técnico social em seus programas e suas ações

O trabalho social técnico é um conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento.

Os projetos não existem de modo isolado. São componentes de programas e sua utilidade e relevância devem-se ao fato de possibilitar colocar na prática cotidiana os princípios e diretrizes das políticas sociais, que tem como finalidade a transformação da realidade e a melhoria efetiva nas condições de vida da população.

As Diretrizes para o trabalho técnico social são:

estímulo ao exercício da participação cidadã e do controle social; formação de entidades representativas dos beneficiários; intersectorialidade na abordagem do TTS; disponibilização de informações sobre as políticas de proteção social; articulação com outras políticas públicas de inclusão social; desenvolvimento de ações visando à elevação socioeconômica, à qualidade de vida das famílias e à sustentabilidade dos empreendimentos (COTS, 2013, p.20).

Ainda de acordo com o Caderno de Orientação Técnico Social (2013), os eixos do trabalho técnico social subdividem-se em:

- ✓ Mobilização, organização e fortalecimento social;
- ✓ Acompanhamento e gestão social da intervenção;
- ✓ Desenvolvimento socioeconômico;
- ✓ Educação ambiental e patrimonial.

Dando ênfase ao eixo sobre a proposta da educação ambiental, imprescindível visualizar a promoção de ações voltadas ao processo educativo que esclareça e valorize a infraestrutura implantada e busque mudanças de atitudes em relação ao meio ambiente, que estimule parcerias em caráter permanente, na educação ambiental, que vise à divulgação de informações dos programas e projetos de natureza ambiental e todos que estão envolvidos nessa luta determinem que metas poderão ser alcançados no futuro e garantir o que já está garantido em lei, no entanto ainda a muito a ser feito e os profissionais de Serviço Social são de suma importância na avaliação e monitoramento das políticas sociais, programas e projetos sociais implantados na sociedade, para analisar se os resultados adquiridos correspondem ao que foi inicialmente planejado e se os objetivos previstos estão sendo alcançados, promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção (COTS, 2013).

Portanto trabalho técnico social dentro da política de habitação está para além do acesso e ao direito a moradia, as ações desenvolvidas devem estar pautada na articulação e com as demais políticas sociais, pensar na sustentabilidade dos programas e projetos desenvolvidos é um grande desafio para o Serviço Social, mas o que vai direcionar a sua atuação é o compromisso ético-político e todo referencial teórico-metodológico da profissão, que vai proporcionar o fortalecimento desses sujeitos para os mesmos adquiram hábitos que venham dar sustentabilidade ao empreendimento.

3.4 Meio Ambiente e Educação Ambiental

As mudanças ambientais, resultado de ações incorretas do homem, retratado em noticiários nos últimos tempos têm despertado o interesse em se trabalhar a Educação Ambiental (EA). Por este motivo, o tema EA, surge com o

intuito de mostrar as atuais condições do Meio Ambiente, e, a partir deste buscar reflexão sobre suas atitudes em âmbito individual e coletivo.

A Educação Ambiental, conforme Branco (1998 apud GRAÇA; CAMPOS, 2009), é todo processo cultural que objetiva a formação de indivíduos capacitados a coexistir em equilíbrio com o meio. Processos não formais, informais e formais já estão conscientizando muitas pessoas e intervindo positivamente, se não solucionando, despertando para o problema da degradação crescente do meio ambiente, buscando novos elementos para uma alfabetização ecológica.

Adams (2014) questiona que a Educação Ambiental é a busca entre o equilíbrio entre o homem e o ambiente, com base na formação de um futuro, fundamentado numa lógica de desenvolvimento e progresso; tornando-se a ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável.

Dias (1993 apud GRAÇA; CAMPOS, 2009) conceitua a Educação Ambiental como um conjunto de conteúdos e práticas ambientais, orientadas para a resolução dos problemas concretos do ambiente, através do enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da comunidade. Assim, pode-se dizer que a Educação Ambiental é o processo contínuo de capacitação do cidadão para que este participe ativamente da conservação do Meio Ambiente, contribuindo, portanto, para a sua qualidade de vida.

Para Graça e Campos (2009), a educação pode e deve ser a vertente da esperança para alcançarmos o bem estar da coletividade. Partindo deste pressuposto, é que se pretende oferecer uma reflexão sobre a Educação Ambiental, considerando que esta é uma opção que orientarão as atitudes humanas no seu meio natural e social, a busca de um novo pensamento, na tentativa de fazer com que os agentes envolvidos percebam a visão da totalidade e não do papel individual dentro de sua cadeia social.

Castilho et al. (2008) questiona que desde muito tempo atrás, o homem já mantinha uma relação com o meio ambiente, porém a consciência de preservar o ambiente surgiu recentemente juntamente com a relação com os aspectos naturais e socioculturais. Iniciativas de Educação Ambiental (EA) diminuem os impactos, quando não nulos, pois geralmente tais iniciativas ficam restritas aos

estabelecimentos de ensino básico, sem contato com a comunidade e instituições de ensino superior.

Para Carvalho (2004), a Educação Ambiental surgiu a partir da preocupação da sociedade com a qualidade da existência, das presentes e futuras gerações e o futuro da vida. A EA está em debate ecológico e busca alternativas que tem por objetivo construir novas formas de relacionamento entre a sociedade com o meio ambiente.

3.5 Educação Popular

A palavra popular origina do "latim *populare* que significa aquilo que é relativo ao povo, pertencente ao povo, próprio do povo" (SILVA NETO, 1986). Porém, pode-se verificar que na contemporaneidade o termo povo ou popular é tomada como duas perspectivas que se opõe: exclusão (os "ricos" fazem questão de serem excluídos do "povão", daquilo é popular) e inclusão (os "pobres" identificam-se como parte deste "povão"). Essa divisão é fruto da própria sociedade de classes.

A união dos dois termos educação e povo, não eliminam a equívocidade. Desta forma, alguns autores apontam a educação popular como uma prática transformadora inovadora. De acordo com Gonçalves (2002), não existe um único significado para a expressão "Educação Popular" e sua significação deverá ser analisada a partir da conjuntura vivenciada e suas determinações políticas.

A pedra fundamental do fenômeno de educação popular foi colocada pelo pedagogo Paulo Freire, com seu método psicossocial de alfabetização e conscientização, que apontava para a liberdade dos oprimidos a partir de um enfoque culturalista e humanista. Desde as primeiras experiências de Paulo Freire, no início dos anos 60, até o presente às ações de educação popular se multiplicaram em toda a América Latina no ritmo a ascensão do movimento popular (TORRES, 1987, p.67).

As técnicas da educação popular baseiam-se na convicção que se deve ter como ponto de partida a realidade, refletindo a mesma, e em seguida voltando à realidade praticando, corrigindo as falhas que descobriu nessa reflexão.

Para Freire (1985), a educação popular tem como principal objetivo à mobilização e organização das classes populares a fim de auxiliar na criação de um poder popular.

As massas populares têm necessidade de conhecer melhor o que já conhecem, porque não há dúvida de que o senso comum é uma forma, é uma expressão do saber. É preciso respeitar a sabedoria popular, precisamente para superá-la (FREIRE, 1985, p.75).

Verifica-se, portanto, que o ponto de partida é o senso comum dos educandos e não a rigidez do educador. Nesse sentido o processo de educar também é recíproco, ou seja, o educador ao educar ele também se educa.

É preciso romper com o paradigma de que a população é incompetente, que apenas os "intelectuais" sabem o que se pode fazer, sendo assim, deve-se partir do nível de compreensão dos educandos, da sua realidade, do seu meio, enfim da expressão que os próprios educandos têm da sua realidade.

Freire (1985, p.96) complementa essa ideia apontando que:

Na sociedade burguesa, existem, por exemplo, os planejadores de economia que sabem planejar a economia, mas que nada perguntam às massas populares sobre o que vão planejar. As massas populares aparecem como meros reflexos: faz-se para elas, mas nunca se pensa em fazer com elas.

Segundo Freire (1985), todos podemos contribuir para a educação popular, porque todos têm experiências. Ninguém ensina, pois aprendemos juntos. Ao mesmo tempo, devemos estar conscientes de que a tarefa científica tem suas eficácias e regras que não podem ser desconsideradas.

Na perspectiva da educação popular, ensinar não é transmitir conhecimento, pois o conhecimento não se transmite, o conhecimento se constrói no cotidiano e na prática pedagógica. Segundo Freire (1985), o educador político deve assumir uma responsabilidade política, uma luta constante para cumprir cabalmente sua tarefa de educador. E essa coerência entre discurso e prática, deve ser buscada em todo processo.

Em seguida, cabe destacar Gohn (1994), a autora afirma a ideia da existência de um processo educativo popular no interior dos Movimentos Sociais.

Segundo Gohn (1994), primeiramente não se deve perder de vista que, ao falarmos da existência de um processo educativo no interior dos Movimentos Sociais, temos que ter como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas, instrumentos do processo pedagógico.

Desta forma, a dimensão da organização política desses movimentos se dá através da "consciência" adquirida progressivamente com a aprendizagem de novos conhecimentos, sobre os quais os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade hoje em determinadas questões que luta.

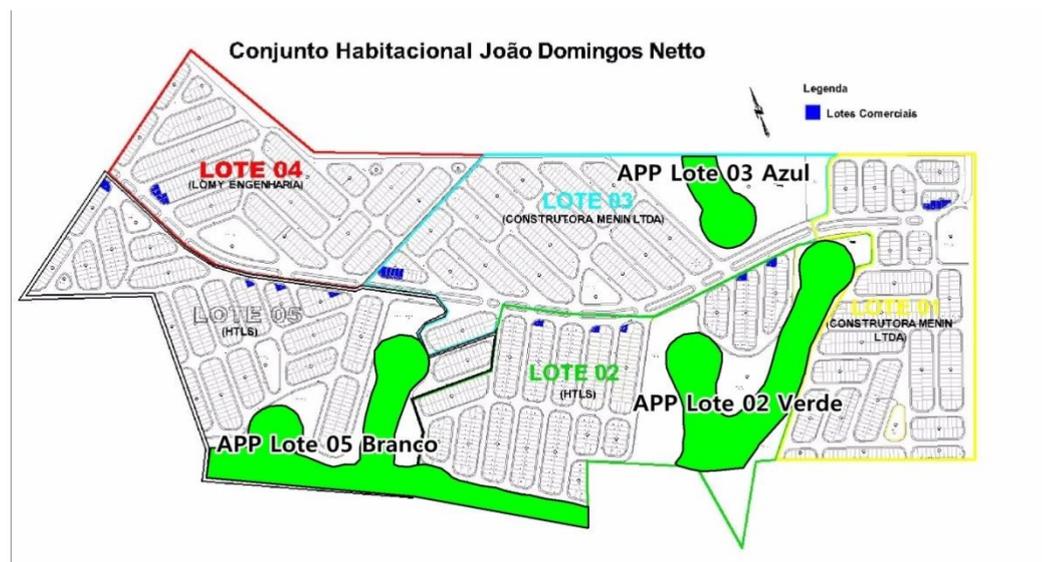
A dimensão espaço-temporal, a consciência gerada no processo de participação num movimento social, leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas da população, no presente e no passado. Os encontros e seminários contribuem para formação desta visão que historiciza os problemas. Este conhecimento leva à identificação de uma dimensão importante no cotidiano das pessoas, e do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana (GOHN, 1994, p.20).

Ao analisarmos a obra de Gramsci apud Simionato (1999), verifica-se que Gramsci também compartilha dos fundamentos da educação popular, porém desenvolveram outras categorias de análise, como Hegemonia, contra-hegemonia, intelectuais orgânicos.

Assim, as relações pedagógicas que se estabelecem nesse processo de reforma intelectual e moral são relações recíprocas em que todo aluno é mestre. Essa pedagogia tem como fundamento a concepção de que todos homens são filósofos, e que não se trata de introduzir ex-novo uma ciência na vida individual de todos, mas de inovar e tornar crítica uma atividade já existente (GRAMSCI apud SIMIONATO, 1999, p.18).

Enfim, diante das leituras feitas sobre educação popular, pode-se dizer que o que define a educação popular é a prática política entendida e assumida na prática educativa. É importante ressaltar que esta educação não deve estar centrada somente a problemas ambientais e a degradação, mas também a formação consciente voltada ao exercício da cidadania e formação de valores.

Figura 4 – Áreas de Preservação Permanente (APP) no Conjunto Habitacional João Domingos Netto.



Fonte: Croqui construtoras. Modificado Vitor A. L. Camacho 2015

3.6 Projeto de Intervenção

3.6.1 Apresentação

Diante da problemática ambiental que vivenciamos em nosso cotidiano, causada por nossas próprias ações que revertem em perda da qualidade de vida, percebe-se que a maior parte da população tem pouca clareza conceitual acerca de termos necessários ao diálogo. Neste contexto, a Educação Ambiental é resposta à minimização dessa problemática, configurando-se num processo de exposição de conceitos e formação de valores, com respeito à diversidade e à promoção, através da sensibilização, da mudança de atitude em relação ao meio.

Frente à problemática discutida acima questiona-se:

Qual a necessidade de sensibilizar os moradores do Conjunto Habitacional João Domingos Netto para a preservação ambiental?

Qual a importância que a orientação da educação ambiental traz para o processo de sensibilização destes moradores?

3.6.2 Justificativa

Ao ser implantado um projeto de intervenção de educação ambiental, estaremos facilitando aos moradores do João Domingos Netto e à demais população, uma compreensão fundamental dos problemas existentes, da presença humana no ambiente, da sua responsabilidade e do seu papel crítico como cidadãos de um país e de um planeta. Será desenvolvido assim, as competências e valores que conduzirão a repensar e avaliar de outra maneira as suas atitudes diárias e as suas consequências no meio ambiente em que vivem.

Como os moradores irão aprender a propósito do ambiente, os conteúdos programáticos que serão apresentados, irão se tornar uma das formas de sensibilização, apresentando-se mais agradáveis e de maior interesse para o referido público-alvo.

Através de atividades e ações programadas, objetivamos promover a sensibilização destes moradores sobre a importância e a necessidade da preservação e da conservação de sua comunidade, bem como de suas residências, visto que esta área é de fundamental importância sócio-ambiental para o município de Presidente Prudente-SP. Ainda a população abrangida pelo projeto receberá conhecimentos de cidadania, saúde, educação sanitária e patrimonial.

A educação ambiental no processo de sensibilização dos moradores é de extrema importância, pois esta promove a mudança de comportamento do sujeito em sua relação cotidiana e individualizada com o meio ambiente e com os recursos naturais, objetivando a formação de hábitos ambientalmente responsáveis no meio social, num processo de transformação da sociedade. Assim, a incorporação da educação ambiental tem a finalidade de um maior conhecimento das realidades socioambientais para uma melhor qualidade de vida, promovendo eventos com a associação de moradores, com o propósito de orientar as famílias, identificando todas as demandas apresentadas, e a formação de parceria com outros setores envolvidos .

3.6.3 Objetivos

3.6.3.1 Objetivo Geral

Promover uma sensibilização acerca da temática Educação Ambiental, numa perspectiva de fazer uma educação popular, utilizando os membros da comissão de moradores e montando uma equipe que esteja preparada para desenvolver propostas com os moradores para efetivar a preservação dessa área de preservação ambiental permanente.

3.6.3.2 Objetivos específicos

- Promover a mobilização social para a formação de lideranças comunitárias e agentes de transformação.
- Estimular a formação e sensibilização dos moradores em relação aos aspectos sócio-ambientais, visando à sustentabilidade do projeto.
- Promover a conscientização sobre a necessidade da reciclagem para a preservação do meio ambiente e de sua importância como alternativa econômica.
- Desenvolver o trabalho cooperativo entre os moradores.
- Fortalecer o processo de mobilização e organização comunitária através de práticas sócio-educativas entre os moradores do Bairro.

3.6.4 Público-alvo

O público-alvo destina-se aos moradores do Conjunto Habitacional João Domingos Netto.

De um total 785 caracterização realizadas, 343 moradores tem interesse em participar da comissão de moradores, no entanto, apenas 20% deste total será utilizado para formar as equipes, e cada uma, destinada para uma demanda.

3.6.5 Metas

A proposta tem como meta preparar os moradores para exercerem sua cidadania, com enfoque na questão. O que se vislumbra em longo prazo é que, por meio da preservação desta área, seja construído um bosque, onde os mesmos possam vir a aproveitar o local como uma área de lazer para a população.

Além de sensibilizar os moradores com a problemática ambiental para a busca de soluções e aprimorar a arte da reciclagem entre os moradores com intuito de despertar capacitação profissional.

3.6.6 Parcerias

As parcerias que devem ser estabelecidas são: SABESP; engenheiros ambientais e órgãos relacionados ao meio ambiente, como Cooperlix, Centro de Zoonoses, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e outros órgãos

3.6.7 Avaliação

O acompanhamento das atividades desenvolvidas terá caráter participativo e será realizado sistematicamente, passando por todas as fases previstas no projeto, possibilitando ajustes e redirecionamentos das ações quando for necessário.

Essas ações do projeto serão analisadas através de alguns instrumentos como: relatórios, listas de frequências, registros fotográficos e questionários.

O processo de avaliação será participativo e adequando o projeto a realidade e necessidades do público alvo no decorrer da execução do projeto, buscando identificar quaisquer deficiências que venham acontecer na tentativa de alcançar os objetivos propostos, ou seja, promover a Educação Ambiental.

CONCLUSÃO

As mudanças ambientais, resultado de ações incorretas do homem, retratado em noticiários nos últimos tempos têm despertado o interesse em se trabalhar a Educação Ambiental (EA). Por este motivo, o tema EA, surge com o intuito de mostrar as atuais condições do Meio Ambiente ao corpo discente, e, a partir deste buscar reflexão sobre suas atitudes em âmbito individual e coletivo.

A análise feita neste trabalho traz contribuições importantes para construção de um pensamento mais abrangente em relação ao Impacto Ambiental que se tem ampliado por ações inconsequentes e hábitos inadequados da população, alertando a população e principalmente a nova geração em busca de uma nova cultura e adoção de hábitos mais saudáveis.

Por meio desse trabalho desenvolvido, pode-se ampliar a rede de conhecimentos e difundir a relevância da EA como proposta de alertar a comunidade sobre as ações diárias, tornando o indivíduo mais capacitado e apto para melhor conviver com a natureza, de forma a preservá-la e as futuras gerações sejam beneficiadas por melhores condições de vida.

Portanto, ao finalizar este trabalho, ampliamos nossos conhecimentos sobre o tema, com a adoção de atitudes corretas no nosso cotidiano, nos tornado mais aptos para identificar os problemas que podem ser causados na saúde da população, realizando assim a promoção de saúde e prevenção de doenças.

Assim, pensando-se na realização do projeto de intervenção, cabe enfatizar que o foco está em mostrar o potencial existente numa comunidade quando as mesmas se mobilizam e transformam sua realidade, fomentando a formação de agentes de transformação e formando pessoas críticas e contextualizadas com sua comunidade.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Berenice Gehlen. O que é Educação Ambiental? **Revista Educação Ambiental em Ação**. Disponível em: <<http://www.apoema.com.br/biografia.htm>>. Acesso em: 06 out.. 2015.

ANDRADE, Luís Aureliano Gama de; AZEVEDO, Sérgio de. **Habitação e poder** – da Fundação da Casa Popular ao BNH. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

AUGUSTO, Lia Geraldo da Silva. Saúde e Ambiente. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde no Brasil**: contribuições para a Agenda de Prioridades de Pesquisa. 2. ed. Brasília: Decite, 2006.

AZEVEDO, Sergio. Vinte e Dois Anos de Política de Habitação Popular (1964 – 1986). **Rev. Adm. públ.**, Rio de Janeiro, 22(4):107-119, out./dez. 1988.

BOLAFFI, Gabriel. **Para uma nova política habitacional e urbana**: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 167-196.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. **Estação Liberdade**, FAPESP, São Paulo, 1998.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 06 out. 2015.

_____. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 05/11/2004.

_____. **Lei n.11.124**, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 06 out. 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: A formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTILHO, Mariana W. V. de, CASTRO, José Gerley Díaz; SILVA Norma Lúcia da. **Estudos multidisciplinares para a educação ambiental** – Tocantins em destaque. Goiânia: Kelps, 2008.

COTS - Caderno de Orientação Técnico Social. Brasília, maio de 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/354861-Cots-caderno-de-orientacao-tecnico-social.html>>. Acesso em 12 out. 2015.

FERNANDES, Rodrigo. **Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental**: Fundamentos, natureza jurídica, limites e controle de jurisdicional. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

FREIRE, Paulo. Quatro cartas aos animadores de círculos de cultura de São Tomé e Príncipe. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **A questão política da Educação Popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 136-196.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 2. ed. SP: Cortez, 1994.

GONÇALVES, Elisa Pereira (Org.). **Educação popular: temas (re)correntes**. Campinas: Alínea, 2002.

GRAÇA, Luziray Barbosa; CAMPOS, Marcella Pereira da Cunha. Educação Ambiental: Uma reavaliação da prática escolar. **Revista Educação Ambiental em Ação**, publicada em 06 set. 2009. Disponível em: <<http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=736&class=02>>. Acesso em: 06 out. 2015.

LEHFELD. Neide A. de Souza. A política habitacional brasileira - Alternativas de reequacionamento. **Serviço Social & Sociedade**, ano IV, n. 11. São Paulo: Cortez, 1983.

MAZZILLI, Hugo Nigro. Compromisso de ajustamento de conduta: evolução, fragilidades e atuação do Ministério Público. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 11, n. 41, Janeiro – Março, 2006.

MENOTTI, Carla et al. **A vigilância social no CRAS: novos olhares e novas práticas**. 2011, 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente-SP, 2011.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PÁDUA, José Augusto. Ambiente, Espaço, Território: o olhar da saúde. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; MIRANDA, Ary Carvalho de. **Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA NETO, Serafim da. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SIMIONATO, Ivete. **GRAMSCI: Sua teoria, incidência no Brasil, influencia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA, Denise Alves de. **Responsabilidade Social nas empresas**. 2007. Dissertação - Especialização em marketing Curso Pós Graduação, Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2007.

TORRES, Rosa Maria (Org.). **Educação popular**: um encontro com Paulo Freire.
São Paulo: Loyola, 1987